

## EDITORIAL

### TRINTA ANOS DO MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO: ESTRATÉGIA E PRÁTICA REVOLUCIONÁRIA

O Movimento Autogestionário – Movaut – completa, neste 2019, trinta anos de militância revolucionária. Surgido nos anos 1980, o Movaut busca contribuir para o processo de luta do proletariado sem se colocar em uma posição de vanguarda, sem também deixar-se a reboque. Esta contribuição envolve o combate às tendências políticas e ideológicas que colaboram, em última instância, para minar o movimento operário em sua luta desenvolvida historicamente. No decorrer destes trinta anos, o Movaut desenvolveu várias contribuições para a luta cultural. Apresentamos aqui, o manifesto do Movimento Autogestionário, um artigo que resgata a história do Movaut e os editoriais das revistas lançadas pelo movimento como uma expressão de sua luta cultural.

A posição política do Movaut fica clara nas primeiras frases do seu manifesto. O Manifesto do Movimento Autogestionário deixa evidente que o movimento não possui interesses próprios, mas busca somente expressar os interesses da classe proletária, principalmente nos períodos não-revolucionários, colaborando com sua autonomização para a conseqüente instauração de um período de revolução social. A revolução é vista não como algo impossível ou inevitável, mas como expressão do desenvolvimento histórico do capitalismo e suas contradições. Desta forma, o manifesto expõe o desenvolvimento histórico do capitalismo com a sucessão de regimes de acumulação e as tendências e contratendências para a reprodução do capital. Neste resgate histórico o manifesto situa os períodos de ascensão de tendências políticas revolucionárias e deixa explícita a oposição em relação às tendências burocráticas, afirmando o caráter de classe das lutas políticas na sociedade. Sendo assim, o objetivo principal do movimento destaca-se na busca por acelerar o processo revolucionário e criar condições favoráveis para a vitória do proletariado.

É importante ressaltar, tal como exposto neste manifesto, que a articulação entre estratégia global e estratégia específica envolve fundamentalmente a luta na

produção. Nesse sentido, as lutas nos locais de produção capitalista devem se radicalizar se transformando em greve geral e esta deve evoluir para greves de ocupação ativa, com autogestão das fábricas. Neste processo, com o desencadeamento de mudanças radicais na sociedade e com a vitória da revolução proletária, o capitalismo é abolido e instaura-se a autogestão social. Com o final do processo revolucionário o Movimento Autogestionário se autoextinguirá e seus militantes passarão a participar ativamente nos coletivos de autogestão da sociedade. Desta forma, o Movimento Autogestionário visa primordialmente a autogestão social e, neste processo, articula membros que concordem com este princípio e que estejam dispostos a contribuir nesta empreitada.

O segundo texto trazido nesta coletânea é um artigo publicado em 2010 que faz um balanço da prática histórica do Movimento Autogestionário. O artigo retoma o Manifesto do Movimento Autogestionário, evidenciando a busca por apoiar o processo revolucionário, dando suporte à luta operária. Dentre as práticas do Movaut, destacam-se a luta cultural e a busca por aliar movimentos sociais à perspectiva do proletariado de um ponto de vista estratégico. Este artigo, escrito há cerca de 10 anos, traz alguns elementos que sofreram modificações internas, como a presença de anarquistas revolucionários enquanto militantes do Movaut. Neste meio tempo, desenvolveu-se movimentos de contestação social em níveis mundial, nacional, regional e local que demonstraram certa ascensão de tendências contrárias às organizações burocráticas e isso acabou evidenciando interesses burocráticos ou pessoais alheios à luta operária entre militantes autointitulados anarquistas, fazendo o Movimento Autogestionário não mais aceitar em suas fileiras indivíduos anarquistas. Isto, contudo, não impede o coletivo de atuar conjuntamente nas lutas concretas com organizações e indivíduos anarquistas. Com a complexificação das relações sociais, compreender a sociedade e as formas de transformação social é um desafio cada vez mais difícil do ponto de vista intelectual, nesse sentido, não é raro que militantes de algumas tendências acabem defendendo concepções antagônicas por optarem por não se aprofundar na estratégia revolucionária, defendendo uma espécie de anti-intelectualismo.

O que pauta a concepção política do Movimento Autogestionário é a perspectiva do proletariado e a busca pela superação da sociedade capitalista e pela emancipação dos seres humanos. Nesta medida é que as produções intelectuais são apropriadas como suporte do movimento na luta cultural para compreender a sociedade capitalista e desenvolver as estratégias de sua transformação. Assim, todas as contribuições teóricas são analisadas a partir desta perspectiva, de modo que a estratégia revolucionária se desenvolve com o desenvolvimento da luta de classes e assim uma determinada concepção teórica não é tratada como verdade absoluta ou insuperável, mas simplesmente útil na medida em que contribua para os objetivos da luta operária. Por isso, ressalta-se a necessidade de sempre atualizar e desenvolver as concepções teóricas fundamentais para o movimento do proletariado. Um aspecto fundamental, nesta perspectiva, é a adequação entre meios e fins, enfatizando-se que para se constituir uma sociedade auto-organizada isso deve ser feito de forma também auto-organizada e a autogestão é social, porque não envolve um bairro, uma cidade ou um país, mas deve envolver toda a sociedade, não sendo possível, portanto, sua realização de forma parcial ou local.

Destaca-se, na história do Movimento Autogestionário, não meramente a história de indivíduos que fundaram o movimento e desenvolveram essa ou aquela prática revolucionária, uma ou outra ação nas ruas de uma determinada cidade, mas sim o desenvolvimento do próprio movimento operário no interior da sociedade capitalista. Nesse sentido, o Movaut aparece enquanto apoiador do movimento do proletariado e não como um agente condutor da ação política na luta de classes.

O editorial da primeira revista *Ruptura*, lançada em maio de 1993 pelo Movimento que à época era intitulado Movimento Conselhistas, traz de início a ideia de romper com práticas do dito movimento socialista, principalmente com a cultura política autoritária e vanguardista. Assim, ressaltava o caráter de dependência do movimento comunista em relação ao desenvolvimento histórico das lutas operárias. Reforçava também o debate com outras tendências políticas como forma de superar práticas comuns dos grupos autoritários. Já apresentava, portanto, a ideia da contribuição com o movimento operário colocando-se como expressão teórica do proletariado.

Outro aspecto já então ressaltado é a oposição ao bolchevismo, demonstrando a existência de um *capitalismo de estado* na União Soviética em detrimento de um socialismo – uma sociedade transformada do ponto de vista social – e destacando os problemas enfrentados pela população desta sociedade capitalista em sua modalidade estatal. Além da crítica ao capitalismo estatal, evidenciava-se a instabilidade do capitalismo privado, ressaltando a necessidade não da transformação do capitalismo estatal em privado, mas da destruição do capitalismo como um todo e da instauração da sociedade autogerida.

A crítica aos partidos políticos e à democracia burguesa já era também enfatizada. Nesta edição da revista em específico, esta crítica é direcionada especialmente ao Partido dos Trabalhadores – PT, evidenciando o progressivo distanciamento das bases, que já se evidenciava, e o oportunismo político eleitoreiro, seu processo de burocratização cada vez mais intenso, sua completa integração ao terreno da democracia burguesa. Além do PT, nesta época o movimento já rompe com outras tentativas de se formar partidos políticos supostamente mais à esquerda, demonstrando uma ruptura total com esta modalidade de ação política, bem como aprofundando cada vez mais a crítica aos partidos políticos como forma de estratégia revolucionária. Ao final, o texto destaca as possibilidades de debate político e o foco na autogestão social.

A segunda revista Ruptura é lançada em julho de 1994 e tem como foco, em seu editorial, as lutas sociais no Brasil. Neste aspecto, destaca a violência institucional, no sentido da violência sofrida pela população mais pobre do país, e também a deturpação do tema da violência promovida pela classe dominante, promovendo a reificação do fenômeno. Especificamente, o texto aborda a questão do campo, enfatizando a luta pela terra, os latifúndios improdutivos, com a produção voltada para a exportação, a destruição ambiental e a miséria de camponeses e demais trabalhadores rurais. Desta forma, aponta para a necessidade de uma revolução agrária que envolve a coletivização das terras e a autogestão da produção agrária. Ressalta ainda a necessidade da articulação das lutas no campo com as lutas urbanas em prol da autogestão do espaço urbano. Assim, promove a crítica da divisão capitalista do espaço urbano e, enfatizando a crítica a especulação imobiliária,

ressalta a luta pela moradia como estratégica para a luta socialista em geral. Além disso, destaca a necessidade de radicalização de todos os movimentos sociais específicos, por meio da articulação com o movimento operário na constituição de um bloco revolucionário, para que assim coloquem a sociedade capitalista em questão.

Em dezembro de 1994 é lançada a revista Ruptura nº 3 que, em seu editorial, promove um balanço das lutas políticas da época. Desta forma, destaca-se o contexto de crise das lutas políticas com a aglutinação das forças políticas conservadoras e uma vagarosa reconquista de espaço por parte do movimento revolucionário. No Brasil, a crise econômica convivia com o fortalecimento do bloco conservador e com a desarticulação do bloco reformista. Já nesta época a derrota do PT nas eleições era percebida sob os aspectos da ilusão em relação a este partido e das possibilidades de cooptação de segmentos sociais em caso de vitória. Neste aspecto, o texto apontava a pulverização do bloco reformista, que abria espaço para a formação de uma alternativa revolucionária. Aqui, o então Movimento Conselhistas apresenta-se como “alternativa política que busca expressar os interesses políticos do proletariado”.

Na edição número 4, lançada em janeiro de 1996, foi dada ênfase à alternativa revolucionária. Não se tratava, então, de administrar o capitalismo ou implementar um capitalismo de estado, mas sim concretizar o projeto da autogestão social, libertando de vez a população do capitalismo. Foi, naquele momento, apresentada a mudança do nome de Movimento Conselhistas para Movimento Socialista Libertário – MSL. Assim, este movimento fazia uma autoavaliação considerando estar em um momento de expansão após passar por um período de dificuldade. Assim, ressaltava-se o crescimento numérico do grupo e a expansão de contatos pelo país. A mudança no nome vinha acompanhada de uma mudança na revista Ruptura. O nome conselhistas era de difícil propagação, por ser uma corrente política pouco conhecida à época. Assim, os trabalhadores em geral dificilmente teriam consciência do significado de conselhismo e sua relação com a autogestão. Já a revista Ruptura passava a focar mais na elaboração de estratégias políticas, no estudo dos movimentos sociais e na análise de conjuntura, em detrimento da análise teórica que, apesar de não ser abandonada, naquele momento deixaria de ser preponderante. A

análise da conjuntura – de conflitos em torno da implementação de políticas neoliberais – apontava para um acirramento nos conflitos de classe no Brasil com o aprofundamento da crise de legitimidade do capitalismo e, juntamente com o enfraquecimento do bloco progressista, a possibilidade crescente da autonomização do movimento operário.

É sobre as tarefas a serem desenvolvidas pelo Movimento Socialista Libertário que versa o editorial da revista Ruptura nº 5, lançada em fevereiro de 1997. Neste período, as ações da burguesia envolviam uma reação à iminente crise capitalista, mas que só conseguiam adiar esta crise, sem impedir o agravamento das contradições, principalmente a tendência declinante da taxa de lucro médio. Para evitar a ocorrência disso, a estratégia capitalista consistia na busca pelo aumento da produtividade, principalmente por meio do toyotismo e modelos similares de organização do trabalho. A implementação de políticas neoliberais era também uma estratégia capitalista nesse sentido, envolvendo a redução de gastos sociais, que produzem novas contradições, principalmente a resistência dos trabalhadores cuja integração na sociedade burguesa torna-se mais frágil. Naquele momento, a luta dos trabalhadores apresentava a tendência da radicalização rumo à autonomização, como contra tendência colocava-se a burocratização do movimento operário, colocando a autonomização não apenas como tendência, mas também como necessidade.

Ressaltando-se a ascensão da extrema direita nos momentos pré-crise capitalista, a intensificação da luta cultural colocava-se como uma tarefa importante para aproveitar a também expansão das tendências revolucionárias do período de crise. Essa luta visa diminuir a influência do bloco reformista sobre os trabalhadores e fortalecer a luta revolucionária. Trata-se de lutar pela hegemonia, no sentido de combater a ideologia burguesa e burocrática e fortalecer a perspectiva da autogestão social. Essa busca envolve o combate ao racismo e ao sexismo e o desenvolvimento de uma cultura revolucionária, combatendo também o consumismo, o burocratismo, o culto à autoridade e ao dinheiro, e busca a união de forças e a divulgação da perspectiva revolucionária.

Essa perspectiva proletária encontra reação por parte da burguesia, por isso é necessário um conjunto de ações para apoiar as forças revolucionárias. Entre estas ações, destaca-se um projeto político global no sentido da articulação entre questões imediatas e questões gerais; a articulação de diversas correntes políticas nos níveis regional, nacional e internacional. Entre as propostas de mobilização da classe trabalhadora do ponto de vista estratégico, são citadas as lutas pela(o): diminuição da jornada de trabalho; democratização dos meios de comunicação; democratização das escolas e universidades através do sistema paritário; fim da propriedade do solo nas cidades; fim da propriedade privada nas terras desocupadas na zona rural e sua imediata coletivização; entre outras. Neste aspecto, destaca-se a necessidade de aprofundar e especificar essas propostas como uma tarefa coletiva dos militantes libertários. O objetivo último das propostas é a autogestão social, mas a estratégia é criar ampla mobilização. Cabe então aos movimentos libertários divulgar suas ideias e aglutinar forças em torno da luta contra o capital. Neste aspecto ressalta-se a necessidade de evitar divisões desnecessárias em torno de questões secundárias, favorecendo a tolerância e o convívio com as diferenças.

Em dezembro de 1997 é lançada a revista Ruptura nº 7. A tônica da revista é o acirramento da luta de classes, que deixa a alternativa da autogestão em contraposição à barbárie capitalista. Partindo da análise histórica, o editorial foca nos ciclos revolucionários que sucedem as crises cíclicas do capitalismo. Com a derrota no final de um ciclo revolucionário a burguesia recorre a medidas autoritárias para assegurar a manutenção da ordem. As medidas autoritárias vêm acompanhadas de uma ideologia do inimigo imaginário, com o fim de angariar apoio de parte da população. O inimigo imaginário encobre o verdadeiro inimigo que é o capital.

O confronto fundamental da sociedade capitalista, entre burguesia e proletariado, é destacado, juntamente com as demais classes sociais que complexificam este conflito. Assim, reforça-se a luta da esquerda (revolucionária) não somente contra a direita, mas também contra a extrema-direita, a socialdemocracia e o bolchevismo, todas essas contrárias à revolução proletária. Neste mote, a extrema-direita representa o inimigo mais importante da esquerda, podendo haver aliança entre a esquerda, a socialdemocracia e o bolchevismo para

combater a extrema-direita, mas esta aliança deve ser desfeita na medida em que aquele inimigo esteja derrotado, pois isso é determinante para os rumos do processo de transformação, podendo determinar a transformação da sociedade em uma sociedade autogerida ou em um capitalismo de estado ou ainda em um modo de produção burocrático. Isso exprime a necessidade de recuperar forças nos momentos de recuo das classes exploradas.

O período de pré-crise capitalista apresenta a tendência de autonomização das classes exploradas, bem como de fortalecimento da extrema-direita. A análise histórica é importante para antecipar o movimento da sociedade e estabelecer a estratégia política, aglutinar a esquerda e combater a barbárie capitalista. Desta forma, destaca-se a necessidade de articular as forças anticapitalistas internacionais e reforçar as atividades junto às classes exploradas e os movimentos sociais no sentido da criação de um bloco revolucionário.

Após um período de lacuna é lançada a revista Ruptura nº7, em agosto de 2001. Este número relembra a época de início do Movimento Socialista Libertário e seu objetivo de contribuir com a autogestão social. Nesse sentido, ressalta a posição do MSL como expressão do movimento operário. Neste editorial, destaca-se os acertos nas previsões feitas nos editoriais anteriores. Ressaltando os debates desenvolvidos a partir do primeiro número, coloca-se uma nova situação para o MSL a partir do fim do ano 2000 em que o movimento começa a se reestruturar depois de um período de desarticulação. Contatos com outros coletivos foram iniciados e outros retomados, que expressava também a formação de novos coletivos revolucionários no Brasil, como expressão do acirramento dos conflitos de classe e do esboço de um processo de radicalização das lutas. Era um contexto de ruptura proletária, com o capitalismo encontrando dificuldades de reprodução. A internet, à época, começava a facilitar os contatos com grupos revolucionários de outros países.

Após o surgimento de um grupo intitulado Movimento de Luta Socialista (MLS), de cunho autoritário, surgiram problemas de confusão em relação ao Movimento Socialista Libertário (MSL). Nesse contexto, o MSL retornava firme com sua proposta de formação de uma Federação dos Movimentos Revolucionários. Em meio a isso, o movimento resolve modificar o nome mais uma vez, passando a se



chamar *Movimento Autogestionário*, que impossibilita confusões com outros nomes e expressa o fundamento do modo de produção comunista: a autogestão social. Portanto, o significado do novo nome remete à ação em torno do objetivo que é a instauração da autogestão social. Este foi o último número da Revista Ruptura. O movimento fica um período sem publicar um periódico que expresse seus princípios e projeto político, sendo isto feito mais a partir das publicações individuais de seus militantes.

Esta vacância é preenchida em 2006, quando é lançada a primeira revista *Enfrentamento*. Esta revista nasce a partir da ideia de enfrentar o capital e da necessidade de o fazê-lo, reafirmando que em uma sociedade em que não há liberdade, a luta contra esta sociedade é um ato de liberdade. A revista *Enfrentamento* coloca-se como um produto do Movimento Autogestionário, cujo objetivo é promover o enfrentamento à sociedade capitalista, engendrando um mundo realmente humano.

O segundo e o terceiro números da revista *Enfrentamento* são lançados em 2007. Ressaltam a intensificação do processo de exploração da classe trabalhadora e, conseqüentemente, a necessidade da instauração da autogestão social. Destacam também o caráter de imprevisibilidade da revolução social, afirmando a possibilidade de uma revolução autogestionária enquanto uma tendência no interior da sociedade capitalista. Desta forma, enfatiza-se a luta de classes como motor da história, no sentido de que é ela que irá definir os rumos da revolução social, considerando que existem forças pró e contra revolucionárias. Assim, apesar do domínio do modo de produção capitalista, a falibilidade do mesmo deve ser também destacada. Trata-se, nesse sentido de um chamado para a auto-organização dos explorados e a revista traz, em seu conteúdo, a crítica das instituições burocráticas capitalistas.

A crítica revolucionária é o tema do editorial da revista *Enfrentamento* nº 4, lançada no primeiro semestre de 2008. Esta crítica revolucionária visa expor a perspectiva do proletariado e desmascarar as ideologias, apontando suas contradições no sentido de promover a “crítica desapiedada do existente”, tal como proposto por Karl Marx. O número seguinte enfatiza ainda mais a luta cultural e a luta política. Apresenta o objetivo de “demonstrar que a luta cultural é uma unidade com

a luta política”. A luta de classes se desenvolve cotidianamente e quando são produzidas novas relações sociais, são produzidas também novas ideias. A revista *Enfrentamento* nº 5 ressalta a dificuldade em defender a concepção revolucionária nos períodos de recrudescimento da luta. Assim, chama para a defesa da perspectiva do proletariado não apenas nos momentos de fervor das lutas revolucionárias, mas em todos os momentos, ressaltando também a necessidade de resgatar a essência revolucionária do proletariado e não simplesmente as representações cotidianas desta classe. Conclui assim que a luta cultural é fundamental e pode se manifestar de diversas formas, sempre na defesa da luta revolucionária do proletariado.

Em 2009, a revista *Enfrentamento* promove a crítica das produções acadêmicas e dos partidos políticos pautados por estratégias que reificam a ordem burguesa, reproduzindo a ideologia dominante. Esta crítica traz como aporte uma discussão sobre o conceito de alienação. Assim, a alienação, iniciada no processo produtivo, se expande pela sociedade, tendo como consequência a produção de uma consciência fetichista da realidade. O editorial do número 6 se coloca como um “um manifesto contra a alienação e contra o fetichismo”. O número 7 é lançado com o seguinte lema: “diante do capital, apenas o enfrentamento é realista”. Assim, para superar as condições de vida da sociedade capitalista, a obediência não tem lugar. A reprodução da ideologia burguesa é a norma da sociedade, então é necessário contrapô-la, contestando a hegemonia do capital. Da mesma forma, nenhuma forma de coalizão com o capital é aceitável.

O número 8 da revista *Enfrentamento* é lançado no primeiro semestre de 2010 e tem como tema principal o voto nulo Autogestionário. Assim, o objetivo desta edição é demonstrar a farsa da democracia representativa e propor o voto nulo, como forma de protesto contra essa democracia burguesa. O voto nulo, porém, não é colocado como solução definitiva, mas como uma estratégia para se desenvolver a consciência revolucionária. Estratégia essa que deve vir acompanhada de um projeto alternativo de sociedade e de uma prática revolucionária que aponte para a realização deste projeto. A percepção da história e de seu desenvolvimento evidencia a concreticidade deste projeto plenamente justificável pela miséria capitalista.

No segundo semestre de 2010 é lançada a *Enfrentamento* número 9, propondo uma reflexão sobre a revista que, à época, completava cinco anos de existência. Nesse sentido, reforça a ligação das publicações com a concepção revolucionária do Movimento Autogestionário e retoma também a necessidade de recuperar e divulgar a obra de autores revolucionários, tendo-os como ponto de partida para promover avanços.

O número 10, lançado no primeiro semestre de 2011, coloca-se como uma “contribuição à crítica das ideologias, instituições, movimentos sociais que de uma ou outra maneira estão comprometidos com a sociedade do capital”. As rebeliões desenvolvidas no planeta à época são aludidas enquanto evidência dos conflitos de classe efervescentes e que estes conflitos demonstram a necessidade de superação da sociedade capitalista. A publicação reforça, com isso, a análise dos conflitos e a atuação nos mesmos a partir da perspectiva do proletariado, trazendo discussões sobre o capitalismo contemporâneo, sobre a teoria revolucionária e também documentos históricos do Movaut. O número 11 da revista *Enfrentamento* ressalta também as lutas sociais explodindo pelo mundo, como expressão da dificuldade do capitalismo em reproduzir a acumulação, ao mesmo tempo em que as condições dos trabalhadores se precarizavam. Esta publicação propunha uma atualização da máxima “autogestão ou barbárie”, no sentido de que a classe trabalhadora se organizava, promovendo a ascensão das lutas de classe em diversas regiões do planeta, abrindo brechas para a transformação social e, do outro lado, fascismo e guerra imperialista colocavam-se como possibilidades.

No segundo semestre de 2012 é lançada a revista *Enfrentamento* nº 12. O editorial partia da insistência na não percepção da inviabilidade do modo de produção capitalista em detrimento da necessidade de se enxergar a realidade para além da ideologia dominante. O capitalismo, com suas políticas neoliberais, cobra às classes trabalhadoras o preço de sua manutenção. Desta forma, apenas o *enfrentamento* pode dar a resposta à crise encarada pelos trabalhadores.

O número 13 é lançado em julho de 2013, trazendo uma edição especial sobre a onda de protestos no Brasil. Este editorial relembra as publicações anteriores da revista, ressaltando o acirramento dos conflitos de classe que já se desenvolvia em

decorrência do agravamento das condições da sociedade capitalista. Ressaltava, nesse sentido, o necessário recuo da classe capitalista ante às mobilizações. Os meios oligopolistas de comunicação também recuaram em sua condenação sumária às manifestações. Desta forma, o enfrentamento mostrou-se a única forma eficaz de combate à classe capitalista, de modo que a auto-organização e a ação direta são as formas que os trabalhadores dispõem para o enfrentamento, bem como o caráter mobilizador da teoria.

A revista *Enfrentamento* nº 14 destacava a crítica à contrarrevolução cultural ideológica iniciada como uma reação aos movimentos de contestação operária e estudantil desenvolvidos no final dos anos 1960. Esta edição, do segundo semestre de 2013, ressaltava a necessidade de intervenção consciente por parte dos grupos políticos revolucionários no resgate das ideias revolucionárias produzidas pela radicalização do movimento dos trabalhadores.

No primeiro semestre de 2014, com o lançamento da *Enfrentamento* nº 15, é proposta a crítica ao intelectualismo e ao anti-intelectualismo. Nesse sentido, a crítica ao intelectualismo é a crítica ao discurso acadêmico e sua suposta neutralidade. Já em relação ao anti-intelectualismo, a crítica se dá em relação à supervalorização da “ação direta” em detrimento da reflexão teórica. Desta forma, a reflexão teórica não é fetichizada e nem descartada, mas pautada por uma perspectiva mais ampla, a da estratégia revolucionária. O número 16 foi publicado afirmando a crítica como instrumento da busca pela verdade. Nesse sentido, afirma-se a verdade enquanto passível de apreensão pela consciência e considera-se o anti-intelectualismo como um obstáculo para a luta revolucionária. Outro aspecto ressaltado foi a indissociabilidade entre ser e consciência, demonstrando a ligação entre as ideias e sua raiz social. Nesse sentido, os textos expostos nesta edição remetem à crítica das ideologias que fundamentam as atuações de grupos políticos e indivíduos. Foi ressaltado também o caráter mobilizador das ideias, colocando a busca pela verdade como uma tarefa urgente dos militantes revolucionários.

No primeiro semestre de 2015 é lançado o número 17 da revista *Enfrentamento*. Com quase uma década de lançamento desta revista, o editorial destaca seu caráter político e o compromisso com a transformação social, bem como

a vinculação com o materialismo histórico-dialético, com os interesses do proletariado, com a busca pela verdade e com a crítica das ideologias. Foram enfatizadas também as demonstrações de instabilidade política e econômica na sociedade capitalista contemporânea, com a dificuldade de reproduzir o regime de acumulação integral, arrochando cada vez mais as condições das classes desprivilegiadas e, conseqüentemente, acirrando os conflitos de classe.

O número 18 da revista é lançado com ênfase à dificuldade da reprodução do regime capitalista de acumulação integral. Assim, destaca os problemas da acumulação capitalista e suas conseqüências ao redor do mundo e também a retomada de lutas sociais autônomas e independentes, chegando a estágios de radicalização. Neste aspecto, reforçava a importância das lutas revolucionárias para o desenvolvimento da consciência revolucionária. A revista foca na questão da prática revolucionária, ressaltando a necessidade de envolver a análise da prática revolucionária dentro de um corpo teórico, sempre visando a transformação social. O número 19 é lançado no primeiro semestre de 2016, partindo da possibilidade e da necessidade da crítica revolucionária. Enfatiza a crítica da burocracia como uma classe social auxiliar da burguesia e, assim, destaca a possibilidade da crítica revolucionária como uma prerrogativa da perspectiva do proletariado revolucionário.

Completando 10 anos de atividades, a revista *Enfrentamento* número 20 é lançada no segundo semestre de 2016. O editorial destacava a ideia de que uma sociedade de fato comunista ainda não havia existido, mas apenas experiências revolucionárias que foram, posteriormente, derrotadas. Nesse sentido, as experiências ocorridas na União Soviética, Cuba, China etc. não são propriamente sociedades comunistas ou autogeridas, mas sim, outro tipo de sociedade, corretamente denominadas capitalismo de estado, pois não romperem com a relação-capital, ou seja, a relação de exploração de classe, embora a apropriação do mais-valor não seja mais feita por uma classe capitalista (privada), mas sim por uma burguesia de estado. Assim, destaca-se o estudo das experiências revolucionárias pautando-se pelas demandas do tempo presente a fim de trazer lições para práticas futuras.

O número 21 da revista *Enfrentamento*, lançado no primeiro semestre de 2017, se dedica à análise do estado capitalista a partir do ponto de vista do proletariado. Nessa perspectiva, a única proposta em relação ao estado é a sua abolição. Apesar do reconhecimento dessa necessidade, na prática isso ainda não foi efetivado. Da mesma forma, partindo da perspectiva do proletariado, a revolução comunista não é considerada algo inevitável, determinado teoricamente, mas sim como expressão do movimento histórico do modo de produção capitalista que, com suas contradições, engendra a possibilidade de sua destruição. A revista *Enfrentamento* nº 22 traz o problema da burocracia e suas práticas de regularização social. Esta edição, traz a crítica da burocracia como classe social em sua atuação contrária à revolução proletária. Assim, a contrarrevolução bolchevique é destacada enquanto agente de desarticulação das lutas proletárias na União Soviética e a tese do “período de transição” é criticada em prol da afirmação da necessidade de ruptura total com o estado capitalista.

O editorial da revista *Enfrentamento* nº 23 chega em forma de memorando, como uma forma de sátira à classe burocrática. Lançada no primeiro semestre de 2018, esta edição aprofunda a crítica do estado capitalista e da classe que rege os negócios da burguesia. Esta crítica exprime a militância teórica do Movimento Autogestionário, desenvolvida no decorrer dos anos, levando-se em consideração a contrarrevolução burguesa empreendida em diversos momentos de luta operária no decorrer da história. Nesse sentido, as lutas sociais principalmente a partir do século XX destacam este papel contrarrevolucionário da burocracia. Desta forma, sindicatos e partidos políticos são instituições a serem combatidas. Destaca-se também a falta de acúmulo a cada ciclo de lutas, em que muito daquilo que se desenvolveu teoricamente se perde de um ciclo para outro. Essas perdas reforçam ainda mais a necessidade da luta cultural constante, para manter a classe operária consciente de seus inimigos e focada em seus verdadeiros objetivos.

A última revista *Enfrentamento*, lançada neste ano de 2019, destaca em seu editorial a atuação de três décadas do Movimento Autogestionário. Reforça também a perspectiva do proletariado e o materialismo histórico-dialético, evidenciando a necessidade da transformação social. Partindo da luta autogestionária como

pressuposto para a instauração da autogestão social, os textos que constam neste número da revista abordam a temática “Luta de classes e estratégia revolucionária”. A luta cultural apresentada na revista *Enfrentamento* visa a crítica radical das instituições capitalistas e o fortalecimento do bloco revolucionário. Assim como os números anteriores, esta edição traz a tentativa de articular um tema e promover a crítica, avançando na luta cultural rumo ao fortalecimento do movimento operário.

Os textos abaixo trazem um pouco da história do Movimento Autogestionário, demonstrando suas expressões culturais no decorrer dos anos. Assim, identifica-se de forma inequívoca a perspectiva revolucionária se manifestando em todas as contribuições culturais, bem como a busca constante pela crítica às ideologias que promovem a desarticulação e desmobilização do movimento proletário. Em cada um destes trinta anos em que o Movaut exprimiu sua consciência revolucionária nestas revistas, buscou combater os inimigos do movimento operário e ressaltar os pontos fundamentais do movimento rumo à transformação social. A emancipação da classe operária deve ser uma obra da própria classe operária e apenas por meio de lutas autogestionárias é possível a instauração da autogestão social.

Após 30 anos de atividade política e cultural, o Movaut reafirma seu compromisso com a luta pela autogestão social via revolução proletária. Durante este período, pode-se ressaltar o papel que o Movaut teve na divulgação nos meios políticos brasileiros em propagar a ideia de Autogestão Social. Isto já havia sido feito por Maurício Tragtemberg na década de 1980, através de suas publicações e de círculos intelectuais próximos. O Movaut, herdeiro e difusor do marxismo autogestionário aqui no Brasil, esforça-se por contribuir para que tal tendência, que expressa os interesses de classe do proletariado, seja conhecida por círculos políticos e intelectuais cada vez mais amplos. Nesta caminhada, muitos militantes entraram e saíram do coletivo, o que é normal. Entretanto, permanece no coletivo duas forças profundas: a) a transformação revolucionária da sociedade só se dará mediante uma ampla, profunda e radical revolução proletária; b) tal revolução não é obra de nenhum grupo político específico, mas sim da própria classe operária; e neste processo, o desenvolvimento da consciência política do proletariado é condição

indispensável. Por isto nossa luta cultural não é algo de menor importância. É parte da luta revolucionária do proletariado, pois nossos interesses não são algo a parte dos interesses de classe do proletariado.